

O BRASIL ENTRE O EGO DE LULA E O MUNDO REAL

O discurso de Lula na 80ª Assembleia Geral da ONU foi uma aula de evasão dos interesses domésticos. Enquanto o mercado financeiro celebra um suposto "tom moderado", a realidade na tribuna era a de um governante que deliberadamente silenciou sobre o Brasil real para se dedicar a uma guerra de narrativas globais. A euforia dos investidores se mostra míope, ignorando que a fala presidencial, longe de ser o tal desejado ato de diplomacia, foi um sintoma da profunda crise institucional e geopolítica em que o país há muito se encontra.

Os dramas nacionais foram obviamente ignorados. Nenhuma palavra sobre a inflação, a crise fiscal, a estagnação econômica, a violência desenfreada ou a insegurança jurídica que aflige a nação. Lula preferiu se dedicar a um ataque velado aos Estados Unidos e Israel. Parece que Lula continua a dobrar a aposta, talvez até pela falta de repertório: depois de transformar o Judiciário em instrumento de vingança contra Jair Bolsonaro, agora ele utiliza da diplomacia para se defender das reações internacionais que suas próprias ações provocaram.

A reação nacional do mercado a esse espetáculo é a peça-chave para entender como o Brasil continua refém do poder atual. Essa tolerância com a perseguição a opositores e a deterioração do Estado de Direito tem seus fiadores claros no jogo político, principalmente o Centrão. É ele quem garante a governabilidade e a estabilidade artificial que tanto agrada aos investidores, que blinda as péssimas decisões do governo no Congresso, permitindo que o presidente se dedique às suas obsessões ideológicas e vinganças pessoais, enquanto a fatura da irresponsabilidade fiscal e do aparelhamento institucional é empurrada para o cidadão comum. O mercado, por sua vez, finge não ver, feliz na ilusão de que, enquanto o sistema não ruir de vez, é possível seguir lucrando.

Ao classificar como "preocupante a equiparação entre a criminalidade e o terrorismo", o presidente se coloca do lado oposto aos esforços de Washington para incluir facções como o PCC e o Comando Vermelho em sua lista de organizações terroristas transnacionais. Esta postura não é ingênua, é uma capitulação ideológica que blinda efetivamente os grupos criminosos que controlam rotas do tráfico e territórios inteiros no Brasil. Para uma certa esquerda que romantiza o "inimigo do sistema", o crime organizado pode ser visto até como um "aliado tático" contra o avanço de uma direita alinhada aos EUA. O resultado prático é o aprofundamento da crise de soberania, com o Estado brasileiro se recusando a nomear e combater a principal ameaça à sua existência enquanto o seu chefe do executivo foca, quase que exclusivamente, no populismo e na destruição da imagem do país no cenário internacional.

O otimismo do mercado ignora o abismo que se abre sob os pés do país. O Brasil está no centro de um buraco geopolítico com o risco concreto de isolamento. Não apenas pela expansão das sanções Magnitsky a mais autoridades, mas também na possibilidade de mais tarifas sobre produtos brasileiros e da classificação do país como uma "ameaça à economia americana". Além disso, a designação do PCC como grupo terrorista teria, por si só, um impacto devastador em setores vitais como bancos, portos e cadeias logísticas. Sem uma reflexão e reversão profunda, que inclui todos os setores do poder (e se caracteriza plenamente na Anistia ampla, geral e irrestrita), o discurso de evasão na ONU servirá apenas como o epitáfio de um país que, para salvar seu projeto de poder, optou por ignorar a si mesmo.

- **Discurso sem Brasil:** Na ONU, Lula optou por uma guerra de narrativas globais e silenciou sobre inflação, violência, crise fiscal e insegurança jurídica que corroem o país por dentro.
- **Estabilidade de fachada:** euforia do mercado ignora o custo da estabilidade artificial garantida pelo Centrão, que blinda o governo e empurra a conta para o cidadão comum.
- **Soberania em risco:** Ao rejeitar a inclusão de facções como o PCC na lista de organizações terroristas, Lula protege interesses ideológicos e compromete a soberania diante do crime organizado.

